

## História do Judiciário brasileiro precisa ser mais conhecida



**Vladimir Passos de Freitas**  
desembargador aposentado

Tribunais, especificamente, e sistema de Justiça, de forma geral, são pouco

conhecidos e discutidos no Brasil, dificultando pesquisas acadêmicas e a compreensão do passado pelas novas gerações. Há, é verdade, boas iniciativas tomadas aqui ou ali. Todavia, falta-nos o conhecer o conjunto da obra. Preocupados com as discussões do momento presente (por exemplo, a intervenção federal na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro), deixamos de lado o rico patrimônio cultural do nosso passado.

Como se praticava a Justiça no Brasil Colônia? Como funcionavam os tribunais administrativos? Juízes ordinários eram vereadores? Como eram tratados os direitos trabalhistas na Velha República? Quem foi o primeiro juiz negro? Qual o tratamento dado pelos tribunais às companheiras nos anos 1950? Como eram os presídios situados em ilhas?

Conhecer nossa história não apenas nos enriquece culturalmente como nos ensina a evitar erros cometidos no passado. Muitas coisas que hoje se alardeiam como novidade, já foram testadas há séculos. Bom exemplo disto é a conciliação, prevista na Constituição de 1824.

É necessário valorizar o que já foi feito e planejar o que se pretende fazer. Cada um deve fazer a sua parte e eu tenho tentado fazer a minha. Escrevi o livro *Justiça Federal. Histórico e evolução no Brasil* [i], coordenei o livro *Juízes e Judiciário. História, casos, vidas* [ii], idem *Milton Luiz Pereira. Narrativas de uma trajetória exemplar* [iii] e, com Alexandre Vidigal de Oliveira, *Justiça Federal – 50 anos: seus casos e suas causas contados por seus Juízes*. [iv]

Nas minhas múltiplas viagens pelo Brasil, em visitas, atividades profissionais (Corregedoria do CNJ) ou associativas (presidência da Ajufe), a última delas dia 19 passado, na Seção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo, onde foi lançada *A memória da Justiça Federal em São Paulo*, [v] recebi uma grande quantidade de obras. Outras tantas, comprei. Resumindo meu acervo, observo que a história do Judiciário pode ser encontrada em três tipos de publicações. Vejamos:

a) Livros de tribunais de Justiça dos estados.

Bahia: em Salvador, em 1609, deu-se a instalação da Relação da Bahia, relatado na obra *Memória da Justiça Brasileira* [vi], o primeiro Tribunal de Apelação do Brasil. Goiás: *Presença do Tribunal de Justiça na história de Goiás*. [vii] Santa Catarina: *Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Memórias dos 110 anos*. Pará: *Memória dos 135 anos: do Tribunal da Relação de Belém ao Tribunal de Justiça do Pará*. [viii] Ainda, *Tribunal de Justiça do Pará* [ix]. Paraíba: *História do Tribunal de Justiça da Paraíba*. [x] Paraná: *Tribunal de Justiça do Paraná*. [xi] Rio Grande do Sul: *Justiça e História*. [xii] Rondônia. *Memória Judiciária*. [xiii] São Paulo: *Memória e atualidade*. [xiv]

Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral.

Brasília: Tribunal Regional Federal da 1ª Região. *Resgate histórico da Justiça Federal, 1890-1937*. [xv] ] Porto Alegre: *Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A resistência da memória*. [xvi] *História Cristalina*. [xvii] Espírito Santo: *Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo*. [xviii] ] Rio Grande do Sul: *1967-2017. Justiça Federal no RS. Memória e futuro*. [xix] Santa Catarina: *Justiça Federal, 45 anos, um byte de memória*. [xx] *História ilustrada da Justiça Federal em Santa Catarina*. [xxi] ] Campinas: *Tribunal Regional do Trabalho da 15ª. Região. Trajetória Histórica*. [xxii]. Campo Grande: *Memórias do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul*. [xxiii].

b) Publicações gerais de tribunais, livros de pesquisadores individuais e associações de magistrados Amazonas: *Mosaico Judiciário Amazonense*. [xxiv] Maranhão. *O Poder Judiciário do Maranhão*. [xxv] ] São Paulo: *Tribunal de Justiça de São Paulo. Páginas de sua história centenária*. [xxvi] *Relatório de atividades 2003 – TRF 4ª Região. A persistência da memória*. [xxvii]

c) Obras de pesquisadores interdisciplinares e outras.

Muitas importantes obras foram escritas, poucas são conhecidas. Vejamos algumas.

Homero Barradas Borges de Medeiros, político gaúcho, escreveu sobre *O Poder Moderador da República Presidencial* [xxviii], tema praticamente desconsiderado pela comunidade jurídica. Em *Miscelânea* [xxix] Edmundo Lins, que foi ministro do Supremo Tribunal Federal, narrou discursos, relatórios, e outras atividades na Corte Suprema nas primeiras décadas do século XX. O livro de Reynaldo Pompeu de Campos, *Repressão Judicial no Estado Novo. Esquerda e direita no banco dos réus*, sobre o famigerado Tribunal de Segurança Nacional, de todos o mais desconhecido, é primoroso. [xxx] Rosa Maria Vieira discorreu sobre *O Juiz de Paz. Do Império a nossos dias* [xxxi], figura que se esvaziou com a Constituição de 1988.

A *História do Supremo Tribunal Federal* [xxxii] foi descrito em obra em três volumes de Leda Boechat Rodrigues. Roberto Rosas narrou a vida do célebre ministro da Suprema Corte *Pedro Lessa. O Marshal Brasileiro*. [xxxiii] Renato Lemos foi organizador do livro *Justiça Fardada. O General Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)* [xxxiv] Os *Anais da 1ª Conferência de Desembargadores* [xxxv], realizada no Rio de Janeiro em 1943, é um precioso retrato de época.

Francisco Gomes da Silva escreveu sobre a *Presença do Poder Judiciário no município de Itacoatiara* [xxxvi], Amazonas, algo raro, apesar da riqueza cultural existente na história das comarcas. José Renato Nalini rendeu *Tributo a Antonio Carlos Alves Braga* [xxxvii], magistrado paulista que foi exemplo de dedicação aos serviços judiciários. O ministro Adhemar Ferreira Maciel, do Superior Tribunal de Justiça, em *Memórias de um juiz federal*, narrou, com maestria, diversos casos interessantes em que teve oportunidade de intervir.

---

Obras de história e sociologia também são fontes de preciosa consulta. O pesquisador Luiz Werneck Vianna e outros, descreveram em *Corpo e alma da magistratura brasileira*<sup>[xxxviii]</sup> os resultados de primorosa investigação sobre o perfil dos juízes nos anos 1990. Arno e Maria José Wehling narram em *Direito e Justiça no Brasil colonial*<sup>[xxxix]</sup> como se prestava Justiça no século XVIII e início do XIX. O historiador gaúcho, Gunter Axt, narrou *AJURIS 60 anos. O fazer da magistratura gaúcha*.<sup>[xl]</sup>

A todas estas diversas publicações a que tive acesso, muitas outras de importância se acrescentam. E entre elas as editadas pelo **Consultor Jurídico**, em análise da Justiça, dos tribunais e de seus magistrados. Cita-se, à guisa de exemplo, *Justiça no Brasil, 200 anos de história*.<sup>[xli]</sup> Presta, assim, este site jurídico uma grande colaboração à nossa história judiciária.

Assim exposta a situação, fácil é ver que já chegou a hora de unificar todos os escritos em um só local, permitindo-se o acesso aos interessados. Esta tarefa só pode ser feita por órgão nacional, como o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça ou o Superior Tribunal de Justiça.

Quem se anima a fazê-lo?

---

[i](#) FREITAS, Vladimir Passos de. Curitiba: Juruá Ed., 2004.

[ii](#) FREITAS, Vladimir Passos de. Curitiba: Juruá, 2012.

[iii](#) Conselho da Justiça Federal. Brasília: 2013.

[iv](#) Curitiba: Ed. Prisma, 2017.

[v](#) A memória da Justiça Federal em São Paulo. São Paulo: Ed. Triunfal, SJSP, UMAD-NUGE, 2017.

[vi](#) TJBA. Memória da Justiça Brasileira. 3ª. edição. Salvador: 2003.

[vii](#) TJGO. Maria A.S. Moraes e Ursulino T. Leão. Goiânia, FUNAPE, 2010.

[viii](#) TJPA. Presidente Des. Albanira Bemerguy. Belém: 2008

[ix](#) TJPA. Escola Superior da Magistratura. Belém: 2010.

[x](#) TJPB. Deusdedit Leitão. 5 edição. João Pessoa, 2005.

[xi](#) TJPR. Curitiba: Juruá Ed., 2004

[xii](#) TJRS, entro de Memória do Judiciário. Porto Alegre: 2001.

[xiii](#) TJRO. Nilza Menezes. Porto Velho: 1999.

[xiv](#) TJSP. São Paulo: 2007.

[xv](#) TRF 1ª. Região. Brasília, 2010.

[xvi](#) TRF 4ª. Região – 20 anos – 1989/2009. Porto Alegre:2009.

[xvii](#) TRF 4ª. Região. Emagis. Porto Alegre:2016.

---

[xviii](#) Ronald Kruger Rodor. Vitória: 2014.

[xix](#) SJRS. Porto Alegre: 2017.

[xx](#) SJSC, coord. Sirley de Souza Pires. Florianópolis: 1997.

[xxi](#) SJSC. Florianópolis: 2011.

[xxii](#) TRT 15ª. Região. Rio de Janeiro:Justiça e cidadania, 2010.

[xxiii](#) TER-MS. Campor Grande: 2202.

[xxiv](#) Mário Verçosa. Manual: Imp. Oficial, 1983.

[xxv](#) Cleones Cunha. São Luis: AMLJ,2002.

[xxvi](#) TJSP. São Paulo: Imp. Oficial, 1979.

[xxvii](#) TRF 4ª. Região. Porto Alegre: 2003.

[xxviii](#) Brasília: Senado Federal, 2004.

[xxix](#) Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1934.

[xxx](#) Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1982.

[xxxi](#) Brasília: UNB 2ª. ed., 2002.

[xxxii](#) Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1991.

[xxxiii](#) Brasília: Horizonte Ed.,1985.

[xxxiv](#) Rio de Janeiro: Bom texto, 2004.

[xxxv](#) Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1944.

[xxxvi](#) Manaus: Governo do Estado do Amazonas 2004.

[xxxvii](#) São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

[xxxviii](#) Rio de Janeiro: Revan, 1997. Francisco Gomes da Silva escreveu sobre a “Presença do Poder Judiciário no município de Itacoatiara”, no Amazonas,

[xxxix](#) Rio de Janeiro: Renovar,2004.

[xl](#) Porto Alegre: Ajuris, 2006.

[xli](#) LOPES, Paulo G. de Mendonça. RIOS, Patrícia. São Paulo: Conjur Editorial, 2009.

**Date Created**

25/02/2018